



Promover o
reconhecimento
dos trabalhadores da Educação!



Qualquer avaliação de desempenho deve ser simples, clara e com gestão sóbria de recursos e meios.



6º Congresso Mundial da Internacional da Educação recomendou um futuro de qualidade só pode assentar em Educação de qualidade.

Setembro 2011

proprietário Federação Nacional da Educação**diretor** João Dias da Silva**colaboradores** Fátima Martins, Paulo Amadeu, João Cachado, José Ricardo e Sofia Ribeiro**secretariado** Teresa Morais e Teresa Burnay**sindicatos membros** Sindicato dos Professores da Zona Norte • Sindicato dos Professores da Zona Centro • Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa • Sindicato Democrático dos Professores do Sul • Sindicato Democrático dos Professores dos Açores • Sindicato Democrático dos Professores da Madeira • Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas • Sindicato dos Técnicos Superiores, Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Norte • Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro • Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas**Departamento Administrativo e Financeiro** Joaquim Fernandes**Departamento de Informação e Imagem** Pedro Barreiros**redação** Rua Costa Cabral, 1035 • 4200-226 Porto • tel. 225073880 • fax 225092906 • secretariado@fne.pt**design gráfico** Rafael Marques

STAAE's: FNE apresentou ao governo preocupações relativas à mobilidade de trabalhadores

A FNE reuniu no passado dia 12 de julho com o secretário de Estado da Administração Local e apresentou as suas preocupações em relação à mobilidade dos trabalhadores transferidos para as autarquias, no âmbito da descentralização de competências da Educação. No encontro, entre outras matérias, foi tratado o problema da mobilidade deste grupo de trabalhadores, tendo a FNE deixado claro que não se opõe à sua mobilidade, mas exige que esta se faça no âmbito dos estabelecimentos de ensino. A FNE deixou claro ao secretário de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa, Paulo Júlio, que as responsabilidades específicas da educação exigem que haja respeito por aquilo que são as exigências especiais de quem trabalha na Educação. No encontro, o secretário-geral da FNE sublinhou a necessidade de “delimitar com clareza” quais as responsabilidades e competências dos autarcas e das escolas. João Dias da Silva aproveitou ainda para classificar como “burocrático, extremamente intensivo e que deve ser corrigido” o regime de avaliação dos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais da educação, aliás a exemplo do que deve acontecer em relação a todos os trabalhadores da administração pública.

Para o secretário de Estado, Paulo Júlio, foi importante ouvir os parceiros para chegar a soluções e comprometeu-se a trabalhar em conjunto com o Ministério da Educação e Ciência com vista a percorrer o melhor caminho no que diz respeito à Educação em Portugal.

ÍNDICE

3 - EDITORIAL • 4 - EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE • 5 - FÓRUM DE MULHERES DEBATEU AÇÕES PELA IGUALDADE DE GÉNERO • 6 - DELEGAÇÃO DA FNE PARTICIPOU ATIVAMENTE NO CONGRESSO • 7, 8, 9, 10 - NOVO REGIME DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ; A PROPOSTA DO GOVERNO E PRIMEIRAS REAÇÕES • 11 - FORMAÇÃO EM HORÁRIO LABORAL É UM DIREITO TEMOS DE O UTILIZAR • 12 - AEEP, CNIS E ANESPO • 13 - 5 DE OUTUBRO DIA MUNDIAL DO PROFESSOR • 14 - A FNE DESENVOLVE NOVAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA PROBLEMAS EMERGENTES • 15 - NOVO SEGURO DE SAÚDE FNE • 16 - ISET

editorial

APOSTAR NA NEGOCIAÇÃO



O novo ano letivo em que estamos a entrar coincide praticamente com o início da atividade do Governo resultante das eleições gerais de 5 de junho.

Empossado no final do mês de junho, conta agora com pouco mais de dois meses de atividade. As medidas a que está constringido em função do memorando de entendimento celebrado com o FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, e tornado necessário para dar resposta a uma situação económica e financeira extremamente frágil, são muito pesadas e exigentes.

O País está neste momento confrontado com uma situação económica e social muito difícil. As medidas constantes do Memorando de Entendimento abatem-se de uma forma extremamente pesada sobre todos os Portugueses, chamados a responderem à urgência de diminuição drástica do deficit público. As receitas de resposta que aquelas entidades normalmente definem nos países onde intervêm são sempre as mesmas: diminuição de salários, congelamento de promoções e de progressões; paragem do investimento público; flexibilidade laboral; desemprego.

É com isto que estamos confrontados. A nossa exigência não pode deixar de ser a de que haja a preocupação de preservar regras de justiça e equidade. E de exigir que este esforço seja bem orientado para que acabe o mais depressa possível e para que não tenha de se repetir.

A área da Educação não pode deixar de dar o seu contributo para a diminuição das despesas públicas, mas o que sempre defendemos é que se pode gastar melhor os recursos de que dispomos. A verdade é que o investimento em Educação e Formação é necessariamente sempre estratégico, mesmo em tempo de crise.

É no quadro destes desafios e destes problemas que se abriu e está em fase conclusiva a negociação do novo regime de avaliação de desempenho docente. Preferimos sempre uma solução negociada, porque, embora não constitua a solução ideal, representa a solução possível mas que compromete os parceiros. É preciso que sobre esta matéria terminem a insegurança e a desconfiança. Precisamos de partir para o debate e revisão de outras matérias bem significativas para os Trabalhadores que representamos.

De qualquer modo, a nossa aposta é sempre na busca de soluções, em sede negocial. Da outra parte tem de haver idêntica disponibilidade de empenhamento e de preferência por soluções consensuais, em vez de soluções impostas.

É esta a nossa aposta.

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE



Cerca de 2 mil participantes debateram a urgência de uma escola pública de qualidade à escala mundial. O 6º Congresso Mundial da Internacional da Educação elegeu ainda os membros da IE para os próximos quatro anos

A Cidade do Cabo, na África do Sul, foi o cenário escolhido para o 6º Congresso Mundial da Internacional da Educação, o maior sindicato de professores do planeta. Durante cinco dias, os cerca de dois mil participantes de mais de 150 países, debateram intensamente sobre a forma de atuar em defesa da educação de qualidade em tempos de crise económica.

O tema escolhido para este debate foi de resto, “Construindo o futuro através da educação de qualidade”.

“Educação de qualidade é um desafio ao mundo”, o alerta foi deixado pelo Vice-Presidente da República, Kgalema Motlanthe, na abertura do 6º Congresso da Internacional da Educação.



O discurso de abertura do congresso esteve a cargo do Vice-Presidente da República, Kgalema Motlanthe, que aproveitou este encontro mundial para dizer que o governo “**declarou a educação como prioridade nacional**” e que para atingir os objetivos têm “**procurado trabalhar com os sindicatos de professores de forma a atingir com sucesso a realização desta tarefa**”.

Para este dirigente político torna-se necessário colocar a educação no topo da agenda política, com mais investimento e diálogo social. Mas também lembrou a responsabilidade dos professores na formação dos jovens para o combate por um mundo livre de exploração e onde o interesse comum prevalece.

Kgalema Motlanthe sublinhou ainda a importância dos sindicatos na promoção de uma educação de qualidade e para todos, o vice-presidente da República da África do Sul espera ainda, que esta conferência mundial faça história ao traçar o desenvolvimento de uma política universal de educação.

A atual crise financeira não foi

esquecida e serviu mesmo para defender que através da educação é possível estimular a economia e acelerar o crescimento, assegurando as competências necessárias para fazer face às dificuldades.

→ REFORÇAR O MOVIMENTO SINDICAL É URGENTE

Durante o discurso no congresso Fred Van Leeuwen, Secretário-Geral da Internacional da Educação incentivou os educadores de todo o mundo a se mobilizarem para enfrentar os desafios atuais do movimento sindical.



A este propósito Van Leeuwen afirmou: “**Se olharmos para a história da Internacional da Educação, acredito que estamos prontos para entrar numa nova fase da nossa vida. Precisamos de nos unir, precisamos de mais força para enfrentar os ataques à educação pública, os ataques contra os professores e os ataques aos nossos sindicatos. Precisamos de mais força para elevar a nossa profissão**”.

FÓRUM DE MULHERES DEBATEU AÇÕES PELA IGUALDADE DE GÊNERO



Mais de 300 professores e líderes sindicais de quarenta países reuniram para debater questões ligadas à promoção da igualdade de género.

Os trabalhos desta sessão contaram com a participação da Ministra Sul Africana para as Mulheres, Crianças e Pessoas com Deficiência, Lulama Xingwana, convidada especial do Fórum Mulheres, a qual enumerou uma série de vitórias conseguidas durante a última década no campo da formação do acesso das mulheres e das raparigas e da afirmação das mulheres na intervenção política activa. A ministra destacou que é **“imperativo que as jovens adquiram as competências necessárias para acompanhar as transformações no cenário mundial”**.

Referiu, também, o papel histórico que Nelson Mandela teve nas grandes mudanças que se verificaram neste país do sul de África.

Para além dos relatórios apresentados pelas coordenações das diferentes regiões, os participantes nesta sessão de trabalho tiveram a oportunidade de

debater diversos temas, nomeadamente o equilíbrio dos géneros e as lideranças sindicais, a sensibilidade dos currículos para as questões do género e o empenhamento dos governos na afirmação dos direitos das mulheres.

Foi ainda discutido o Plano de Acção da IE – Internacional da Educação a desenvolver nos próximos quatro anos.

SUSAN HOPGOOD CRITICA FALTA DE VONTADE DOS GOVERNOS EM DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA



→ “ATAQUE CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA É UM ATAQUE CONTRA A DEMOCRACIA”

A frase pertence a Susan Hopgood, a presidente da Internacional da Educação (IE), que na sessão inaugural aproveitou para fazer duras críticas à falta de vontade política dos governos para a melhoria da educação pública.

Susan Hopgood sublinhou que “a IE deve contribuir enfrentando os governos que não consideram a educação como prioridade”.

Durante o discurso, a dirigente apelou aos educadores de todo o mundo, reunidos neste encontro, para ficarem unidos para fazer face aos desafios futuros que se colocam ao movimento sindical.

Susan aproveitou o momento para lançar uma mensagem de esperança e confiança na força da Internacional da Educação para guiar os desafios futuros que se colocam à Educação em todo o mundo, respeitando os ideais de democracia, direitos humanos e justiça social.



DELEGAÇÃO DA FNE PARTICIPOU ATIVAMENTE NO CONGRESSO



O Congresso da IE é uma reunião magna de decisão da Internacional da Educação. Durante o evento, que se realiza de quatro em quatro anos, são aprovadas políticas, planos de ação e os programas da organização. Também são eleitos os membros do Conselho e da Direção Executiva da entidade para os quatro anos seguintes.

A delegação da FNE, constituída pelos dirigentes João Dias da Silva, José Ricardo, Maria Arminda Bragança, Maria José Rangel, Sofia Ribeiro e Jaime Freitas acompanhou os trabalhos do congresso e participou em várias sessões temáticas.

Durante os vários dias de trabalhos foram realizados encontros com representantes de várias organizações sindicais de diferentes países, e nomeadamente com todas as organizações de todos os países da CPLP.

A participação portuguesa incluiu ainda a intervenção do secretário-geral da FNE, João Dias da Silva, que considerou o documento apresentado no congresso como um desafio estimulante para que os sindicatos se possam lançar no caminho de uma estratégia de intervenção que assenta no princípio de que um melhor futuro para a humanidade depende fundamentalmente de mais e melhor investimento em educação de qualidade e equidade.

O secretário-geral alertou os membros do congresso para os efeitos da globalização como motor de mais injustiças que “criam novas formas de

exploração, de controlo e de regulação da profissão docente, em vez de promoverem a autonomia profissional”.

Para a FNE ficou claro o apoio à resolução da IE sobre política de educação que resultou deste congresso. João Dias da Silva sustenta que “só a educação e o seu crescimento, no acesso de todos à educação ao longo de toda a vida é que garantem mais desenvolvimento, melhor crescimento e portanto mais e melhor emprego”.

Fátima Martins

→ O CONGRESSO VISTO NA PRIMEIRA PESSOA O RELATO DE SOFIA RIBEIRO

O VI Congresso Mundial da Educação foi, para mim, uma estreia. Estar entre cerca de mil e oitocentas pessoas que partilham um ideal comum - o da defesa da Educação e dos seus trabalhadores - foi um privilégio que muito me enriqueceu pessoal e profissionalmente. Acolhidos na fantástica Cidade do Cabo, onde ainda hoje existem sinais da presença portuguesa, professores e educadores de todo o mundo partilharam as suas preocupações no sindicalismo na educação e traçaram metas para um efetivo desenvolvimento educativo global.

Esta multiplicidade de culturas, de gentes e, até mesmo, de cores faz-nos pensar a Educação de forma global e permite-nos enquadrar a realidade de cada um dos nossos países, aprender com quem já se deparou com os mesmos problemas, apoiar aqueles que se defrontam com questões muito mais basilares do que a portuguesa, enfim, comparar e enquadrar a situação educativa do nosso país e delinear formas de ação estruturadas.

Todos nós sabemos de países com atrasos estruturais muito grandes, mas é sempre mais impressionante ouvir falar na

primeira pessoa de experiências onde não existem escolas, sequer, e em que as crianças aprendem com pessoas verdadeiramente altruístas, que transmitem o seu saber e a sua experiência nas mais inusitadas condições de trabalho e de vida, onde a luta sindical passa não só pela aquisição das mais primárias condições de trabalho e de estudo, mas pelo desenvolvimento profissional e pela efetiva remuneração dos que se dedicam ao ensino. Para estes casos, o apoio dos países mais desenvolvidos passa não somente pela dotação de meios materiais, mas também pela transmissão de saberes e de meios humanos que favoreçam o desenvolvimento da qualidade do saber docente.

Todos nós temos conhecimento da situação de opressão vivenciada em países de regimes ditatoriais, mas é sempre mais conflagrador estar lado a lado com colegas que, diariamente, correm risco de vida e são oprimidos por defenderem os direitos dos seus pares na educação. Partilhar estas experiências faz-nos repensar a importância do movimento sindical, tantas vezes negligenciado, e encontrar outro fôlego para desenvolvermos um trabalho proativo.

Já no que concerne aos países mais desenvolvidos, apercebemo-nos de que Portugal não está só num cenário de crise económica que se reflete num perigoso desinvestimento na Educação. Na Cidade do Cabo, discutimos estratégias que vão de encontro às prioridades definidas pela FNE para a corrente legislativa, comungando a convicção de que em tempo de crise, a aposta na Educação é estratégica.

Do VI Congresso da Internacional da Educação, viemos todos mais unidos, mais fortes para lutarmos pela nossa classe, sabedores da sua importância para o desenvolvimento estrutural de cada um dos nossos países.

Sofia Heleno Ribeiro
Presidente da Direção do SDPA

NOVO REGIME DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A PROPOSTA DO GOVERNO E PRIMEIRAS REAÇÕES



No momento em que este jornal está a chegar a casa dos sócios, está ainda a decorrer a negociação com o MEC para a definição do novo regime de avaliação de desempenho docente. Este processo abriu no dia 29 de Julho passado quando o Ministro Nuno Crato, em reunião simultânea com todas as organizações sindicais apresentou as linhas orientadoras do que pretendia que viesse a ser o novo regime. Depois, a 12 de agosto, recebemos uma primeira proposta articulada, tendo as negociações formais com a FNE começado a 23 de agosto, tendo prosseguido ainda antes de concluído o mês de agosto. Para a FNE o primeiro

projeto apresentado pela tutela era um bom ponto de partida, mas havia ainda muito trabalho a fazer, no sentido de resolver algumas questões ambíguas e de eliminar aspetos negativos. O documento não era claro relativamente ao funcionamento do sistema de avaliadores externos, quanto aos critérios com que as escolas podem definir orientações para os parâmetros de observação das dimensões presentes no processo de avaliação ou ainda quanto aos elementos de avaliação a apresentar pelos avaliados.

No entanto, o documento revelava aproximações em relação a questões

fundamentais que a FNE vinha reclamando: o alargamento da duração dos ciclos avaliativos; a participação mais forte de avaliadores externos; o aumento de importância do conselho pedagógico no processo de avaliação; a simplificação burocrática.

Mas também é certo que a proposta do MEC persistia na manutenção das quotas para atribuição das menções mais elevadas e de vagas no acesso aos 3º e 5º escalões.

Para já, propomos que fique a conhecer o teor da primeira proposta do Ministério da Educação e Ciência.



→ QUEM AVALIA E QUEM É AVALIADO?

- Diretor avalia os avaliadores, os coordenadores e os membros dos órgãos de gestão.
- No caso da avaliação interna, o coordenador avalia os colegas do seu departamento curricular ou então designa um professor para o fazer.
- No caso da avaliação externa (aulas assistidas), são os professores de outras escolas integrados numa bolsa com docentes de todos os grupos de recrutamento.

→ QUAIS AS DIMENSÕES DO TRABALHO DOCENTE QUE SÃO SUJEITAS A AVALIAÇÃO?

A avaliação do desempenho dos docentes incide sobre 3 dimensões:

- a) Científica e pedagógica
- b) Participação na escola e relação com a comunidade
- c) Formação contínua e desenvolvimento profissional

→ QUAL A DURAÇÃO DO CICLO DE AVALIAÇÃO?

Para os professores do quadro

- Os ciclos de avaliação coincidem com os escalões da carreira docente.
- O processo de avaliação do desempenho é concluído no final do ano escolar anterior ao ano da progressão do docente na carreira.

Para os professores contratados

- O ciclo de avaliação corresponde à duração do contrato, tendo como limite mínimo 180 dias de serviço letivo efetivamente prestado.

Para os professores em início de carreira (período probatório)

- O ciclo de avaliação corresponde a um ano escolar.

→ QUAIS SÃO OS PARÂMETROS E METAS DA AVALIAÇÃO?

- Os objetivos e as metas fixadas no projeto educativo do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada
- Os parâmetros estabelecidos para cada uma das dimensões aprovadas pelo Conselho Pedagógico.
- Parâmetros nacionais estabelecidos para a avaliação externa (aulas assistidas) definidos por órgão a designar.



→ QUAIS OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO?

- O documento de registo e avaliação
- O projeto do docente, um trabalho com um máximo de duas páginas que tem como referência o projeto educativo da escola/agrupamento.
- Relatório de auto-avaliação, um documento com máximo de três páginas que incide sobre aulas, atividades, análise de resultados obtidos, formação, ou contributos para melhorar os objetivos e metas fixadas no projeto da escola.



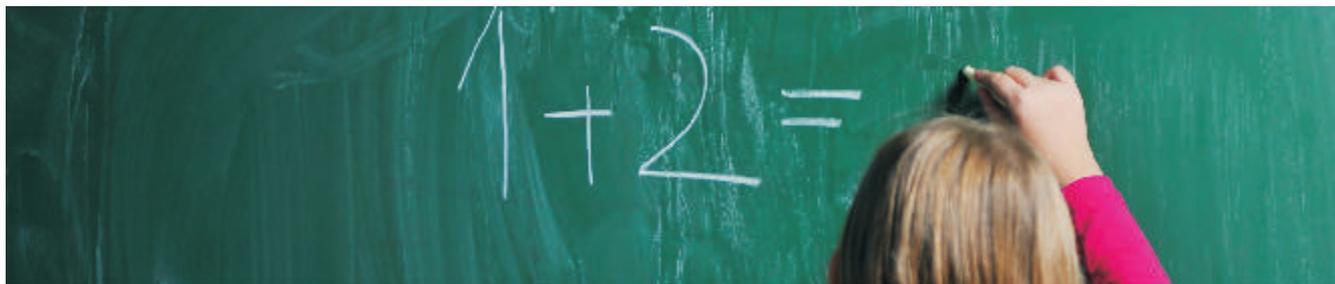
Aulas assistidas

A observação de aulas é da responsabilidade dos avaliadores externos.

A observação de aulas é feita no último ano do ciclo de avaliação do docente

A observação de aulas é obrigatória para os docentes em período probatório e nos 2º e 4º escalões da carreira.

Pode ainda ser requerida, em qualquer escalão, para a atribuição da menção de Excelente.



→ QUAIS AS DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO?

- Avaliação interna – é feita pela escola onde o professor dá aulas e realizada em todos os escalões.
- Avaliação externa – está centrada na observação de aulas e é obrigatória durante o período probatório e no 2º e 4º escalões da carreira. Os professores de todos os outros escalões podem também recorrer a aulas assistidas no caso de se candidatarem à nota de Excelente.
- As aulas são assistidas por colegas de outras escolas.
- O Ministério da Educação e Ciência vai criar uma bolsa de avaliadores formada por professores de todos os grupos de recrutamento.



→ QUEM PARTICIPA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO?

- O Presidente do Conselho Geral
- O Diretor
- O Conselho Pedagógico
- A Secção de Avaliação de desempenho docente do Conselho Pedagógico, constituída pelo Diretor que preside e por quatro docentes de entre os membros do Conselho
- Os avaliadores
- Os docentes do quadro, contratados e em período probatório.

Competências do Conselho Pedagógico

- Elege os quatro professores para integrar a secção de avaliação

- Aprova o documento de registo e avaliação do desenvolvimento das atividades realizadas pelos avaliados. Faz a calendarização dos procedimentos de avaliação.

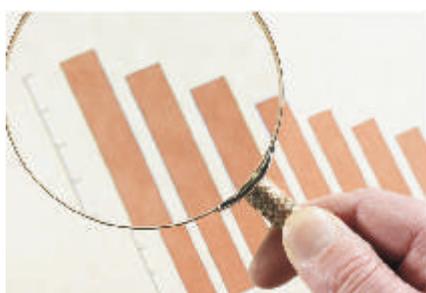
Competências do diretor

- É responsável pelo processo de avaliação do desempenho docente
- Assegura as condições necessárias ao processo e confirmar a decisão final
- Apreciar e decidir as reclamações

Competências da Secção de Avaliação

- Assegura a aplicação do sistema de avaliação
- Faz a calendarização dos procedimentos de avaliação
- Concebe e divulga o instrumento de registo e avaliação do desenvolvimento das atividades realizadas e avalia todo o processo.
- Acompanha e avalia todo o processo
- Aprova a classificação final e valida as avaliações de desempenho de Muito Bom, Excelente e Insuficiente.





As duas notas não permitem avançar na carreira, sendo que no caso dos professores de quadro que obtiverem insuficiente por duas vezes, será instaurado um processo de averiguações. Para os contratados, duas menções de insuficiente, determina a sua exclusão dos concursos.



→ O QUE FAZ O AVALIADOR EXTERNO?

- O avaliador externo integra uma bolsa de avaliadores constituída por docentes de todos os grupos de recrutamento.
- Tem como competências proceder à avaliação na dimensão científica e pedagógica dos docentes sujeitos à avaliação externa.

→ E QUE EFEITO TEM A AVALIAÇÃO?

- **Excelente** – permite uma bonificação de um ano na progressão da carreira docente, a usufruir no escalão seguinte.
- **Muito Bom** – permite a bonificação de 6 meses na progressão na carreira docente, a usufruir no escalão seguinte.
- **Excelente ou Muito Bom no 4º e 6º escalões** – permite, respectivamente, a progressão ao 5º e 7º escalões sem estar dependente de vagas.
- **Bom ou mais** – é considerado o período de tempo a que respeita para efeitos de progressão na carreira.
- **Insuficiente** – determina a obrigatoriedade de um plano de formação do docente a realizar no ciclo avaliativo seguinte.

→ QUEM ESTÁ ISENTO DE AVALIAÇÃO?

- Os professores no 8º escalão da carreira, desde que, em todas as avaliações, tenham obtido, no mínimo, a classificação de Bom.
- Os que se encontram no 9º e 10º escalões da carreira.
- Os que reúnam condições de aposentação.



FORMAÇÃO EM HORÁRIO LABORAL É UM DIREITO TEMOS DE O UTILIZAR

→ TÉCNICOS SUPERIORES, ASSISTENTES TÉCNICOS E ASSISTENTES OPERACIONAIS

A formação em horário laboral é uma questão verdadeiramente indeclinável quando se considera a geral defesa dos direitos e específicos interesses de dezenas de milhares de trabalhadores da educação, tanto das carreiras Técnica e Técnica Superior, como das de Assistentes Administrativos e Assistentes Operacionais.

Recentemente, esta matéria tem gerado frequente controvérsia, na medida em que, colocada perante a obrigação de despachar os pedidos dos funcionários relativos à frequência das acções de formação imprescindíveis aos ganhos de qualidade que importa assegurar, muitas direcções das escolas têm remetido a possibilidade da sua concretização para horário pós-lectivo, normalmente, ao sábado ou em períodos de férias.

Confrontados com uma solução que, pura e simplesmente, deveria merecer liminar recusa, e, apesar de inconformados, muitos trabalhadores têm pactuado com estas decisões da hierarquia, arcando com os decorrentes prejuízos, já que, entre outros, estão em causa princípios inquestionáveis como os do direito ao descanso semanal e gozo de férias.

Numa tentativa do sumário enquadramento da problemática em apreço, cumpre ainda lembrar outros pontos em presença, nomeadamente, que:

- A necessidade da frequência das acções de formação pelo pessoal de apoio

educativo sempre foi encarada como um mal necessário e um sacrifício que, para o efeito, a escola tinha de suportar e sofrer ao libertar o detentor de um posto de trabalho das tarefas do quotidiano, durante um ou mais dias;

- Pressionados pelos sindicatos, os serviços do Ministério da Educação que superintendiam à resolução dos assuntos em referência, enviavam às escolas orientações escritas no sentido inequívoco de que as respectivas direcções não criassem obstáculos ao cumprimento das normas vigentes. Justo é recordar que a hierarquia escolar ia acatando as determinações dos serviços centrais, obrigando-se a uma mais expedita e conforme gestão dos seus recursos humanos.

- A mais recente complexidade e premência das tarefas abrangidas pelo apoio educativo constituem realidades insofismáveis que criaram dificuldades de ordem vária aos estabelecimentos de ensino, dentre as quais avulta a minguada de tempo para as actividades de promoção profissional e enriquecimento pessoal, como as da formação;

- Todavia, salvo raras e honrosas excepções, a hierarquia da maioria das escolas actua como se ignorasse o que a lei estipula. Apenas preocupados com a sua conveniência imediatista, tais decisores não só incorrem em práticas que não estão legalmente espaldadas, como também dão prova inequívoca de incapacidade de gestão adequada dos recursos humanos disponíveis;

- Entretanto, os pais e encarregados de educação continuam confiando à Escola o seu mais precioso bem, na presunção de que o pessoal de apoio, em exercício na

comunidade escolar, lhes dedicará o melhor do seu esforço e saber, considerando tais contribuintes que a formação daquele pessoal está perfeitamente assegurada, já que se impõe como condição imprescindível ao cabal desempenho das funções que lhe estão atribuídas.

Para inequívoco esclarecimento...

Ora bem, apesar das alterações do quadro legislativo de referência, em relação ao que se passava há uma década ou mais anos antes, hoje em dia, **nada existe no dispositivo legal em vigor** – nomeadamente, ao nível do Código de Trabalho ou da Lei 59/2008, de 11 de Setembro - **que possa suscitar a interpretação e, muito menos, sustentar a decisão de uma direcção de escola no sentido de autorizar a frequência de acções de formação apenas em horário não laboral.** De qualquer modo, no sentido de não criarem dificuldades ao regular funcionamento das escolas, impõe-se que as entidades promotoras da oferta das acções de formação tenham em consideração as características do universo escolar. De igual modo, conscientes da especificidade do seu enquadramento laboral, estes Trabalhadores da Educação estão disponíveis para negociação de todas as modalidades de frequência, através de calendários o mais desconcentrados possível, nunca desguarnecendo os postos de trabalho. Maior abertura será difícil assumir, perante a urgência de **repor a legalidade da frequência das acções de formação do pessoal de apoio educativo, em horário laboral, nomeadamente no que concerne o total de trinta e cinco horas anuais, ao abrigo da referida Lei 59/2008.**

João Cachado
STAAE SUL E RA



→ ENSINO PARTICULAR, SOCIAL E COOPERATIVO

Apesar da crise, a FNE tem conseguido ganhos significativos nas negociações

Este ano tem-se revelado um ano extremamente complicado no que concerne à negociação coletiva, em virtude do contexto económico e social em que o nosso país se encontra.

Mesmo perante essas dificuldades, a FNE tem procurado manter ativas as frentes de negociação com as entidades patronais, já que estamos a falar de setores, nomeadamente o social e cooperativo, onde muitos trabalhadores auferem remunerações baixas.

A FNE tem procurado também propor alterações aos clausulados, tendo adaptá-los ao que consta no Código de Trabalho, procurando obter soluções específicas em função das características de cada grupo de entidades.

→ AEEP

Nas negociações com a AEEP, chegou-se a um acordo relativamente a uma nova estrutura de carreira, a entrar em vigor em 1 de setembro de 2011, para os docentes nas categorias A, B, D e E que reúnam as condições de progressão de 1 de janeiro a 31 de dezembro, com efeito a 1 de setembro de 2011.

Ao mesmo tempo, procedeu-se à eliminação dos níveis de entrada, o que se traduzirá no reposicionamento dos docentes que se encontram nos escalões eliminados, em 1 de setembro de 2011, no escalão que passa a ser o de ingresso, com um novo valor remuneratório de 1104€.

A partir de agora, e por um período de três anos, a carreira tem um condicionamento, na passagem do nível 3 para o nível 2 das categorias A, B, D e E, sendo obrigatória a progressão de docentes até que se encontre totalmente preenchida a percentagem de 20% dos docentes de cada uma das categorias referidas, sem prejuízo de, em cada instituição, essa percentagem poder ser ultrapassada.

A FNE conseguiu que a AEEP aceitasse que nos casos de estabelecimentos de ensino em que a percentagem de 20% se revele insuficiente para que um docente possa progredir ao nível 2, a instituição ficasse obrigada a, pelo menos, abrir uma vaga para esse efeito.

A FNE conseguiu também que no horário de trabalho fosse eliminada a chamada terceira coluna, que se referia a tempos para outras atividades que não letivas, e que era, nalguns casos, utilizadas para outros fins. O acordo incluiu ainda a introdução de alterações ao modelo de avaliação de desempenho dos docentes, simplificando-o

Está disponível para consulta no sítio da FNE a totalidade do acordo, em www.fne.pt

→ CNIS

As negociações com a CNIS têm sido muito condicionadas pela ausência de novidades relativamente aos protocolos de cooperação que são celebrados entre a CNIS e o Governo, condição sem a qual a CNIS não aceita negociar alterações salariais.

Nesse sentido, e enquanto não existem novidades nessa matéria, as negociações

têm-se centrado na alteração do clausulado, que necessitava de alterações de adequação ao Código de Trabalho, nomeadamente no que respeita à parentalidade.

Também se está a aproveitar este processo negocial para proceder a alterações no elenco das categorias existentes, já que algumas das categorias existentes no CCT estão desatualizadas, pelo que é importante proceder à sua eliminação, acrescentando novas categorias que possam ter surgido entretanto.

A FNE vai continuar a pressionar a CNIS no sentido de proceder a alterações salariais, já que entendemos que é fundamental proceder a uma valorização nas remunerações dos profissionais destas instituições.

→ ANESPO

A FNE continua a negociar o primeiro contrato coletivo de trabalho para as escolas profissionais com a ANESPO, estando neste momento a aguardar uma proposta de estrutura de carreira e tabelas salariais, estando o clausulado já bastante adiantado e em fase de pequenas correções.

A FNE tem procurado pressionar a ANESPO no sentido de celebrar o mais rapidamente possível o CCT, já que era importante que existisse um instrumento de regulamentação coletiva próprio que cobrisse os profissionais da educação das escolas profissionais, e não que se continue a fazer uma aplicação subsidiária do CCT da AEEP, já que as escolas profissionais têm uma realidade específica que exige um tratamento específico.

5 DE OUTUBRO DIA MUNDIAL DO PROFESSOR

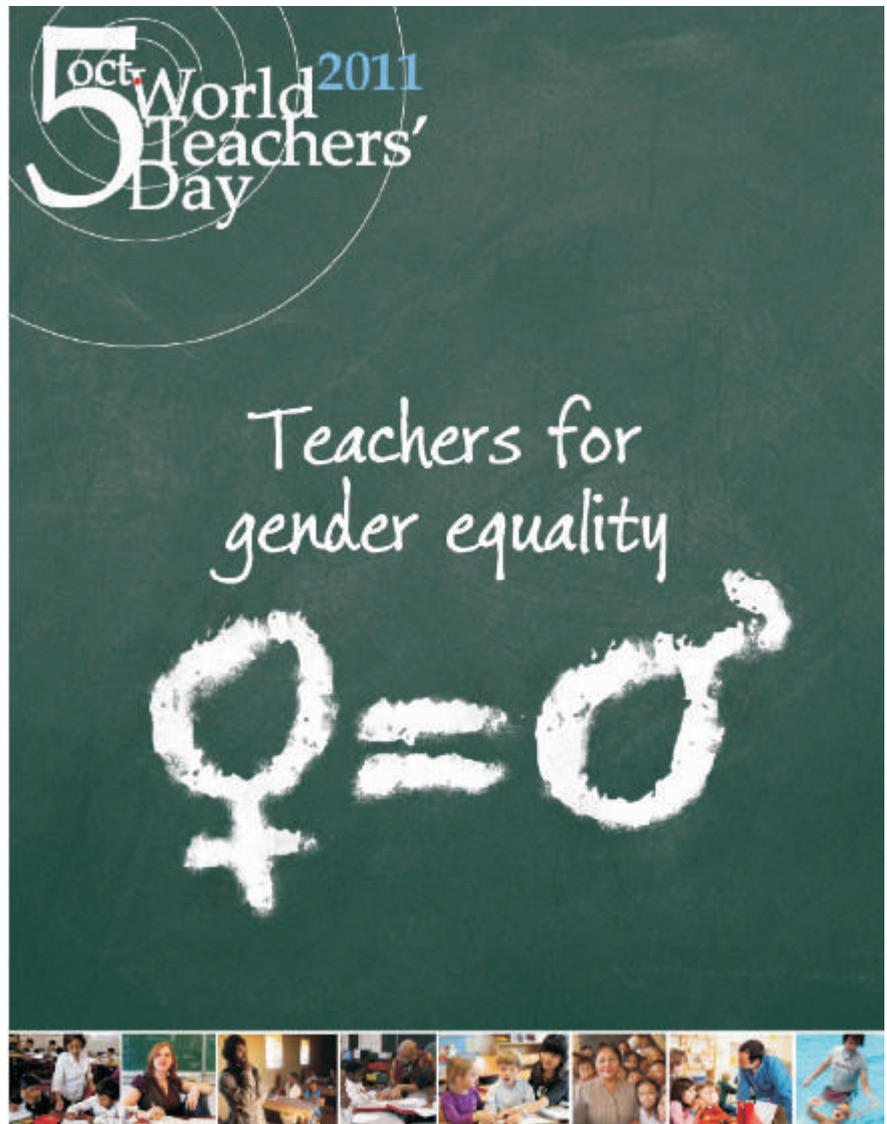
À semelhança do que acontece desde 1994, celebra-se a 5 de Outubro o Dia Mundial do Professor. É uma oportunidade para a FNE, em conjunto com diversas organizações de todo o mundo, celebrar a profissão docente.

O tema deste ano é: Professores para a igualdade de género. Apesar da profissão ser constituída em grande parte por mulheres, a desigualdade continua a ser um problema.



Ainda que em muitos países as medidas para assegurar a igualdade estejam consagradas nas políticas e na constituição, certo é que para milhões de professores do sexo feminino, as metas continuam por cumprir. É preciso por isso unir os professores num desígnio comum: Pressionar os governos para pôr em prática os compromissos assumidos.

Vamos passar das palavras à ação: O Dia Mundial do Professor é o nosso dia!



5 October www.5oct.org



Associação Internacional de Professores
International Association of Teachers
Mittelschichtverband



UNESCO
Educação, Ciência e Cultura
United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

A FNE DESENVOLVE NOVAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA PROBLEMAS EMERGENTES



Caixa Geral de Depósitos

A perplexidade dos trabalhadores, em momentos de crise, exige que o movimento sindical desenvolva novas respostas que façam face aos problemas sociais emergentes. Hoje em dia, a maioria dos trabalhadores portugueses confronta-se com sérias dificuldades para manter padrões mínimos de qualidade de vida. Confrontam-se ainda com uma diminuição progressiva de direitos sociais, particularmente na área da saúde e na aposentação.

A FNE tem vindo a desenvolver um conjunto de negociações com várias entidades, para promover respostas complementares, na área da saúde e na área da aposentação, negociações estas que, realizadas em escala, permitem encontrar soluções, para os associados dos sindicatos da FNE que respondam aos novos desafios com que a nossa sociedade e, particularmente, os profissionais da educação se confrontam.

A FNE tem hoje à disposição de todos os associados dos seus sindicatos um acordo com a Caixa Geral de Depósitos que permite os associados obterem, quer o Cartão ITIC Professor - FNE/CGD e o Cartão Classic - FNE/CGD com vantagens únicas.

→ OS CARTÕES FUNCIONAM COMO CARTÕES DE CRÉDITO.

Acresce, no entanto, que uma percentagem do movimento total mensal realizado com os cartões reverte para uma de duas opções à escolha do associado: o associado pode fazer com que esse valor (cash back) amortize no saldo mensal do cartão, ou pode constituir um fundo de pensões para o qual o valor idêntico ao do cash back é enviado mensalmente.

Paralelamente a FNE está a desenvolver uma outra solução para os associados dos seus sindicatos numa parceria que envolve, para além da FNE, também a Caixa Geral de Depósitos e a Fidelidade Companhia de Seguros. A negociação que se está a desenvolver e que esperamos vir a concretizar permitirá que os associados que já adquiriram ou venham a adquirir os cartões de crédito FNE/CGD acima referidos possam vir a beneficiar da rede de saúde Multicare, aos preços convencionados para a rede.

A concretização desta negociação em parceria com as entidades já referidas virá contribuir para mais um dos objectivos da aposta social da FNE e um benefício importante para os associados dos sindicatos filiados.

José Ricardo
Vice Secretário-Geral da FNE



CARTÃO CAIXA ITIC FNE

O único cartão que lhe confere o estatuto internacional de Professor e que contribui automaticamente, até 1,5% das compras efectuadas, para o seu fundo de pensões ou para a sua conta do cartão de crédito, no montante máximo de €20 mensais. Saiba mais numa Agência da Caixa.

TAEG de 24,5%, para um montante de €1.500, com reembolso a 12 meses, à TAN de 20,75%.

Utilize o crédito de forma responsável e não consuma acima da sua capacidade financeira. Saiba mais em www.saldopositivo.cgd.pt

Na Caixa. Com certeza.

www.cgd.pt
caixadirecta 707 24 24 24
24 horas por dia
todos os dias do ano

NOVO SEGURO DE SAÚDE FNE



→ DISPONÍVEL PARA SÓCIOS E FAMILIARES DE ASSOCIADOS DOS SINDICATOS QUE INTEGRAM A FNE

A FNE celebrou recentemente um protocolo com a MGEN, uma das principais mutualistas da Europa, que oferece um seguro de saúde com condições excepcionais aos trabalhadores da educação que integram os sindicatos membros da FNE – docentes, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

Numa altura particularmente difícil, a FNE negociou um acordo que proporciona condições únicas a todos os associados.

Temos a certeza que com este novo instrumento de proteção ninguém vai ficar para trás.

Através deste protocolo assinado com a MGEN tornou-se possível criar um seguro que não discrimina a idade ou o estado de saúde no momento da adesão.

É um seguro de saúde vitalício e sem exclusões, mesmo acima dos 65 anos.

A grande vantagem é que se trata de um seguro de saúde sem questionário médico e por isso sem exclusões, nem doenças pré-existentes.

→ UMA PARCERIA DIFERENCIADORA

A FNE escolheu a MGEN para esta parceria tendo em conta o passado desta mutualista que é líder europeu de seguros pessoais mútuos, com mais de 3 milhões de membros.

O novo seguro de saúde integra a rede Advance Care e é extensível a pais, filhos e cônjuges dos aderentes. Dentro da rede AdvanceCare, para sócios e familiares beneficiários da ADSE, a comparticipação é de 100%; fora desta rede a comparticipação atinge os 80%. A cobertura do contrato integra a Hospitalização, o Parto, a Assistência em Ambulatório, os Medicamentos, as especialidades de Estomatologia, Próteses e Ortóteses (armações, lentes graduadas, lentes de contacto, outras próteses e auditivas).





O **ISET** – Instituto Universitário criado pela FNE e os seus Sindicatos membros – oferece formação de grande qualidade num ambiente agradável e amigável a adultos e jovens.

A nossa oferta de formação em 2011/12

MESTRADOS

Animação Sócio Cultural e em Administração Escolar.
(2ª fase de candidaturas até 26 de Setembro)

Horário: tardes de 6ª feira e sábados todo o dia
Local: sede do ISET no Porto

FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

**Administração Escolar,
Educação Especial** domínio Emocional e da Personalidade
Supervisão Pedagógica
(inscrições abertas)

Horário: sábados todo o dia
Locais: Porto Coimbra e Lisboa

LICENCIATURAS

Em Educação:
**Administração Educacional e
Intervenção Educativa.**
(inscrições abertas até 12 de Setembro)

Horário: tardes de 6ª feira e sábados todo o dia
Local: sede do ISET no Porto

CET - CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

**Acompanhamento de Crianças e Jovens
Técnicas de Gestão e Administração de Organizações.**
(candidaturas até 10 de Setembro)

Horário: de 2ª a 5ª feira em regime diurno
Locais - Os Cursos serão ministrados no Porto, podendo, no entanto, realizar-se alguns noutras localidades em Instituições com que se estabeleçam protocolos.

FORMAÇÃO CONTÍNUA

Para Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário e a Técnicos da Educação

Área de Formação	Destinatários: docentes
Didática do Português	Grupos: 110, 200, 210, 220, 300, 310 e 320
Didática do Inglês	Grupos: 220 e 330
Didática da Educação Visual e Tecnológica	Profes dos Ens Básico e Secundário
Necessidades Educativas Especiais	Ed de Infância e Profes dos Ens Básico e Secundário
Recursos Educativos	Ed de Infância e Profes dos Ens Básico e Secundário
Indisciplina e Bullying	Ed de Infância e Profes dos Ens Básico e Secundário
TIC	Grupos: 100, 110, 200, 210, 220, 240, 250, 260, 300, 320, 330, 340 e 350, 530, 600, 610, 620, 910, 920 e 930 e Ed de Infância

Área de Formação	Destinatários: docentes
Relação Escola-Famílias	Educadores e Professores dos Ensinos Básico e Secundário
Portefólios e Avaliação	Educadores e Professores dos Ensinos Básico e Secundário

Área de Formação	Destinatários: Técnicos da Educação
Relação Pedagógica e Relações Humanas; Aspectos Pedagógicos da Acção Educativa	Encarregado Operacional, Assistente Operacional, com vínculo ao ME ou Câmara Municipal

Venha completar a sua formação com garantias de qualidade numa Instituição que sabe conjugar a exigência do trabalho com o convívio saudável entre professores, alunos e funcionários. Todos os nossos estudantes se transformam em amigos do ISET